

Marinho, Josaphat

A linguagem da política

A linguagem é um instrumento de comunicação de fatos, de sentimentos, de idéias. Varia, naturalmente, segundo a cultura e o temperamento das pessoas e, em limites compreensíveis, de acordo com as circunstâncias. Originariamente, é diversa a modulação da linguagem falada e da linguagem escrita. Há sempre, portanto, diferença de energia na linguagem empregada. Essa diferença corresponde a uma gradação, que não deve operar-se em mudanças bruscas, mas em elevações compassadas. Na linguagem falada, especialmente, essa progressão é indicativa de domínio de emoções e de educação aprimorada. Quem obedece ao ritmo normal sabe que é o equilíbrio, e não o descomedimento, que desperta atenção, e convence.

O desrespeito, como o insulto, pode ameaçar os fracos, não assusta nem persuade os fortes. A violência de linguagem às vezes empolga certas áreas, em situações determinadas. Mas esse entusiasmo é passageiro. Não gera convicção que resista ao tempo. Quando o cidadão atenta no destempero e imagina que o poderia alcançar, despreza-o, num instante. O sentimento de honra é maior que o do ultraje a terceiro. A média da sociedade percebe que o combate e a argumentação podem ser enérgicos e convincentes, sem provocação ou ofensa. O portador de idéias não precisa ferir para vencer o contendor. Basta travar o embate com inteligência firme. A superioridade, não raro, enfraquece o inimigo, como a simples advertência ao xingamento abate quem o profere. Se no passado a linguagem desabrida fez escola, hoje é repelida pela maioria da população, que reclama a discussão

correta dos problemas de seu interesse.

Na política de modo especial, o destempero já não agrada, nem é fato de persuasão. Se áulicos o aplaudem, a sociedade em geral o repele. Quem sofre por falta de instrução, de saúde, de alimentação suficiente, enfim, o pobre e o excluído, sobretudo, querem o estudo sério de suas necessidades, e não a troca de ataques entre pessoas e partidos. Demais, esse procedimento deformado não pode servir de padrão às novas gerações que ingressam, ou pretendem ingressar na política. Como ensina a sabedoria popular, o uso do cachimbo faz a boca torta. É tanto mais fácil evitar essa deformação quanto a política trata da coisa pública, e não de questões individuais ou de ódio. Quando o trato da coisa pública envolve conduta criminosa, a solução é da competência da Justiça. O ato ilícito não se pune pela palavra desvairada, também suscetível de incidência na lei penal. O descompasso em certas áreas políticas, na hora presente, não engrandece ninguém: desserve o país.

Mesmo nas situações políticas em que a injustiça atinge pessoas, a moderação é que eleva os oprimidos. A contenção no infortúnio revela segurança. Preso em 1930, logo após deixar o Ministério das Relações Exteriores, com a deposição do presidente Washington Luís, o baiano Otávio Mangabeira deu notável exemplo de educação e autoridade moral. Da prisão enfrentou a



POR
JOSAPHAT
MARINHO

violência revolucionária, em cartas memoráveis. Duas delas foram dirigidas a Getúlio Vargas. Como em face da primeira o chefe do Governo Provisório mandava o chefe da Polícia do Distrito Federal, de então, transmitir-lhe satisfação pelo que ocorria, e manifestar-lhe apreço, o ex-ministro, na segunda carta, primeiro lhe agradeceu a atenção. Em seguida, perseverou na crítica ao abuso de que era vítima. Foi altivo sem incorreção ou incivildade. E assim procedeu depois, durante todo o tempo, cerca de quinze anos, em que foi perseguido pela ditadura Vargas. A perseguição implacável, até no exterior, não lhe perturbou a postura, como o demonstram os protestos, as cartas e os manifestos expedidos.

No momento em que se inicia o debate em torno da sucessão presidencial, é oportuno apelar para a circunspeção e o decoro, em benefício do país. Os candidatos a presidente da República, notadamente, devem conter seus ímpetos, em favor da sobriedade. Quem exagera no combate pode não ser considerado no poder. Os pronunciamentos, às vezes, devem ser calorosos, evitando, contudo, a ofensa. O presidente da República e o mais humilde cidadão merecem tratamento respeitoso, mesmo quando a divergência for profunda. A questão é menos de deferência pessoal que de apreço à cultura nacional. É justo que a nação espere essa prova de educação política, sobretudo ao raiar de novo século, que deve abrir outras perspectivas de vida civilizada.

JOSAPHAT MARINHO, EX-SENADOR, É PROFESSOR EMÉRITO DA UNB E DA UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA E DIRETOR DA FACULDADE DE DIREITO DA UPIS